

A QUESTÃO SOCIAL NA SUA EXPRESSÃO CONCRETA DA LUTA DE CLASSES

Eduarda Salla Marcelino

Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina
Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Grupo Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina - Veias Abertas, do Departamento de Serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: eduardasallamarcelino@gmail.com

Heloisa Teles | Orientadora

Graduada em Serviço Social pela Universidade de Caxias do Sul. Residência Integrada em Saúde Coletiva pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: helobiales@ufsc.br

A QUESTÃO SOCIAL NA SUA EXPRESSÃO CONCRETA DA LUTA DE CLASSES

Resumo: A colonização latino-americana foi direcionada para a exploração e inscreveu nos países da região uma determinada relação com o capitalismo global: a dependência. Nesse contexto, a questão social assume características particulares que expressam a luta de classes e seus desdobramentos marcado pelas resistências e opressões vividas na região. Ancorado pelo método materialista histórico dialético, a presente reflexão objetiva problematizar a questão social em sua materialização expressa pela luta de classes. Para tanto, o artigo está organizado em dois itens principais que visam expressar o movimento no real e concreto da expressão fenomênica da questão social a partir da elaboração de uma sistematização com as principais lutas travadas no período do escravismo pleno e as respostas apresentadas pelo Estado às reivindicações pleiteadas.

Palavras-chave: Questão Social. Luta de Classes. Teoria Marxista da Dependência.

LA CUESTIÓN SOCIAL EN SU EXPRESIÓN CONCRETA DE LA LUCHA DE CLASES

Resumen: La colonización latino-americana se dirigió hacia la explotación y se inscribió en los países de la región una cierta relación con el capitalismo global: la dependencia. En este contexto, la cuestión social asume características particulares que se expresan en la lucha de clases y sus despliegues marcado por la resistencia y opresiones vividas en los países. Anclado por el método materialista histórico dialéctico, esta reflexión tiene como objetivo problematizar la cuestión social en su materialización expresada por la lucha de clases. Por lo tanto, este artículo está organizado en dos partes principales que pretenden expresar el movimiento real y concreto de la expresión del fenómeno de la cuestión social a partir de la elaboración de una sistematización con las principales luchas en el periodo de la esclavitud plena y las respuestas dadas por el Estado a las reivindicaciones pautadas.

Palabras clave: Cuestión Social. Lucha de Clases. Teoría Marxista de la Dependencia

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta-se como resultado parcial, desenvolvido pela bolsista a partir da sua inserção no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da pesquisa intitulada *A questão do Estado no capitalismo dependente: cartografia categorial desde a Teoria Marxista da Dependência* que tem por objetivo analisar a questão do Estado no Capitalismo dependente, decifrando a contradição entre a ideologia da modernização do Estado latino-americano e sua expressão fenomênica concreta - como coadjuvante no processo de aprofundamento da desigualdade social, produto da sobreposição entre subdesenvolvimento e dependência.

O recorte pretendido no presente estudo encontra-se vinculado ao plano de trabalho Estado dependente latino-americano e a questão social, coordenado pela orientadora da bolsista, que objetiva pesquisar com mais ênfase os desdobramentos do capitalismo na conformação da questão social e, conseqüentemente, algumas das respostas engendradas pelo Estado latino-americano à questão social no seio da luta de classes. Nesse contexto, as problematizações apresentadas neste artigo referem aos resultados parciais obtidos pela bolsista nos percursos de pesquisa empreendidos ao longo do último ano (2019-2020).

Nesse sentido, o artigo está organizado inicialmente na caracterização de alguns elementos que se conformam como estruturantes da “questão social latino-americana”, inserida no contexto de economia dependente e subdesenvolvida. A seguir, apresenta-se a materialização da “questão social” a partir das lutas sociais durante o escravismo pleno, como resultado parcial da pesquisa realizada pela bolsista.

A “QUESTÃO SOCIAL” NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA

A “questão social” se encontra inscrita no bojo da acumulação primitiva, uma vez que é fruto das relações sociais de classes do modo de produção capitalista. Ela possui vinculação seminal com as relações sociais, uma vez que a produção de capital por meio da expropriação da força de trabalho se constitui como condição singular para a reprodução do capital. Dito de outra forma, para que seja possível o acúmulo privado é preciso que ocorra o desacúmulo coletivo que se expressa na pauperização da classe trabalhadora e agudização das condições de vida.

Sendo a questão social indissociável da lei geral da acumulação capitalista, à medida que o aumento da acumulação de riquezas gera o aumento da miséria, faz-se necessário apreender as particularidades que conformam a produção e reprodução da questão social no capitalismo em sua dinâmica originária e nas formas que vai assumindo como, no caso particular dessa análise, o capitalismo dependente. É fundamental, portanto, caracterizar a gênese da questão social a partir dos processos históricos de acumulação, bem como as particularidades que vai assumindo no Brasil em decorrência das determinações da sua formação sócio-histórica. Segundo Netto,

[É preciso] levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geopolíticas e nacionais que igualmente, requerem determinação concreta. Se a “lei geral” opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. (NETTO, 2001, p. 49)

Ao colocarmos em evidência a América Latina, a acumulação primitiva significou aqui um processo violento através da expansão comercial por meio das navegações marítimas, da obtenção de matérias primas por meio do que vai se nomear como colonialismo, ancorado no tráfico negreiro. A acumulação original, necessária para o aceleramento da formação capitalista, como já sinalizado, esteve estreitamente ligada aos processos de expansão colonial nas Américas e no continente Africano. A importância que as colônias assumiram para o desenvolvimento do excedente econômico é reconhecida por Marx quando trata da acumulação original em sua obra *O Capital*.

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das

Índias Orientais, a transformação da África numa coutada para a caça comercial de peles-negras, assinalam a aurora da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-se-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco. (MARX, 2017, p. 821)

Eric Williams, importante autor caribenho, contribui sobremaneira na compreensão dessa relação intercontinental explicitando em sua obra *Capitalismo e Escravidão* a lógica de funcionamento do comércio triangular e como foi possível, por meio do tráfico de escravos e do sistema colonial, gerar um dos principais fluxos de acumulação de capital, os quais financiaram as revoluções industriais na Inglaterra:

No comércio marítimo triangular, a Inglaterra – bem como a França e a América colonial – fornecia os navios e os produtos de exportação; a África, mercadoria humana; as fazendas, as matérias-primas coloniais. O navio negreiro saía da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucros por negros na costa da África, os quais eram vendidos nas fazendas com mais lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais que seriam levados de volta ao país de partida. Aumentando o volume do tráfico, o comércio triangular foi suplementado, mas nunca suplantado, por um comércio direto entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no qual as manufaturas de produção interna eram trocadas diretamente por produtos coloniais. (WILLIAMS, 2012, p. 90)

A triangulação dos mercados possibilitou o desenvolvimento do capitalismo mercantil por meio da navegação comercial, proporcionando as metrópoles europeias um mercado de escoamento aos seus produtos manufaturados, a medida que condicionava o subdesenvolvimento do continente latino-americano, marcado pela expropriação, exploração e aumento do tráfico de africanos para as Américas.

Além disso, cimentou o colonialismo no continente latino-americano como elemento estruturante das relações sociais e de produção. A forma barbárica e parasitária como os colonizadores exploram e se apropriam das terras e sujeitos colonizados demarca a violência e genocídio como padrão de atuação política. O racismo, o desenvolvimento voltado para fora e a drenagem constante das riquezas como características fundantes da estrutura político, econômica, cultural e social dos países que compõem a região.

A articulação do fim da escravidão por meio de concessões e atendimento a interesses econômicos externos abrem espaço para a consolidação do Brasil no capitalismo mundial, a partir da dependência. A transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente se deu voltada para o atendimento dos interesses internacionais, comprometida com a acumulação primitiva do capitalismo mundial. Nesse sentido, ainda que tenha ocorrido a independência formal no Brasil, a dependência econômica continuava se estruturando. Esse movimento contraditório não permite o alcance de uma soberania dentro da lógica do capital, mas sim a formação de um Estado dependente e subordinado aos interesses dos países europeus. Portanto, o caráter dependente do Estado é fruto de uma contradição histórica entre a modernização e permanência das estruturas arcaicas do modo de produção escravista colonial que conformam a formação sócio-histórica do Brasil.

O imperialismo aparece como importante expressão da relação entre os países do centro capitalista e os periféricos. Para Fernandes (2009) o imperialismo é destrutivo aos países latino-americanos no sentido em que controla a dominação externa sob processo de “modernização”

interna nos países periféricos em todos os âmbitos econômicos, políticos, culturais, educacionais, comunicação de massas, segurança, etc. Impossibilitando o desenvolvimento nacional autônomo, mantendo a condição de dependência e subdesenvolvimento.

Nessa linha de raciocínio, tomando a particularidade brasileira, torna-se possível compreender o caráter violento do Estado, materializado historicamente nas ações frente ao tensionamento derivado da questão social. Caráter que aparece como herança dos desdobramentos da acumulação primitiva e do processo colonizador que foi marcado não somente pelo saque de riquezas, mas também pela dizimação dos povos originários, pelo aniquilamento das culturas aqui existentes, pelo sequestro e escravização dos povos africanos e pelo apagamento da verdadeira história das terras que hoje são reconhecidas como Brasil.

O resultado disso tem sido a perpetuação do genocídio¹⁸, etnocídio¹⁹ e memoricídio²⁰ expressa cotidianamente nas diferentes regiões do Brasil (RAMPINELLI, 2014).

A teoria eugenista que pretendia justificar cientificamente o racismo por meio do ideal de “raça pura”, aliada a Igreja católica que naturalizava e reproduzia essa falsa premissa, foram responsáveis pela disseminação do racismo como ideologia de dominação, no sentido de validar os crimes cometidos pelo colonialismo. As elites dominantes, incluindo parte majoritária dos cientistas da época, defendiam o conceito de inferioridade racial como algo natural e incentivavam as políticas de branqueamento da população que se baseavam, basicamente, pelo estupro das mulheres negras e indígenas (NASCIMENTO, 2016). A miscigenação como produto dessas práticas tem sido celebrada por aqueles que anunciam a democracia racial, no entanto, tomada como meio de prática do genocídio da população negra, segue sendo atualizada, reiterando a naturalização do racismo, xenofobia, machismo, homofobia como justificativa dos atuais processos de dominação política nos países periféricos.

Dessa forma, há no Brasil uma relação entre a “modernização” e a manutenção das relações escravistas arcaicas, visto que durante o processo de modernização, nunca houve uma ruptura radical com a estrutura escravista colonial. Essa modernização conservadora (FERNANDES, 2009) se expressa por meio do viés patrimonialista e coronelista que hoje se manifesta através do suborno, chantagens, compra de votos, homicídios, tutela, concessão de favores, uso do bem público para benefícios particulares, diferenciação do acesso aos serviços de saúde, favorecimento de alguns sujeitos em detrimento de outros. Além do caráter autoritário e violento do Estado brasileiro, entre outros, que também se apresentam como fundantes das relações sociais no Brasil.

Nessa lógica, ao particularizar a realidade brasileira acerca da lei geral da acumulação capitalista, busca-se encontrar os fundamentos que articularam a formação do Estado no Brasil com

18 Ao tomar as categorias elaboradas por Baez (2010), compreende-se que o genocídio é o extermínio tanto dos povos originários quanto dos povos africanos escravizados, por meio do trabalho escravo e compulsório, ou por conta da resistência dos povos a dominação do colonizador.

19 O etnocídio significa a destruição cultural de um povo. É resultado do roubo econômico que exigiu a modificação do modo de vida de um povo, negando “aos indígenas o direito à terra que já ocupavam e seus recursos naturais, o direito ao uso de sua própria língua e educação e o direito de fazer sua história coletiva com autodeterminação” (BAEZ, 2010, p 133).

20 Já o memoricídio é o apagamento de todo o patrimônio histórico - tangível ou intangível - que simboliza a resistência. De acordo com Baez a transculturação ou substituição da memória foi executada com perfídia em três etapas: “a) pelo estilhaçamento da memória subjugada, aparecendo nas perdas e nostalgias; b) pela incorporação forçada da cultura dominante; c) e, pela elaboração, por parte dos sobreviventes, de estratégias de resistência e integração assinaladas pelo grau de contato” (BÁEZ, 2010, p 37).

as particularidades da questão social brasileira a partir da formação sócio-histórica do país. Tomando o objeto delineado no plano de trabalho da bolsista, o próximo item apresentará a materialização das expressões da questão sociais a partir das lutas sociais no Brasil durante o escravismo pleno.

AS LUTAS SOCIAIS MATERIALIZANDO A QUESTÃO SOCIAL: O PERÍODO DO ESCRAVISMO PLENO

Os escritos de Karl Marx em sua obra intitulada *O Capital* (1867), aportam análises que tornam possível compreender e teorizar o complexo de causalidades da questão social para além do imediato pauperismo, iluminando assim, as determinações do modo de produção capitalista (NETTO, 2001, p 45). Com isso, a questão social entendida como elemento indissociável da acumulação capitalista e, portanto, engendradora na relação contraditória entre a exploração dos trabalhadores e sua capacidade de resistência, tem sua expressão fenomênica na luta de classes.

Apesar de se constituir como gênese do capitalismo, a questão social vai assumir características particulares, dependendo do processo sócio-histórico, político e econômico de cada região. No Brasil carrega inscrita as marcas do processo de genocídio e exploração expressas pela expropriação brutal das suas terras e matérias-primas e do trabalho escravo. Sua origem apresenta elementos que particularizam as condições de acumulação e centralização da riqueza no país que aqui ganham a marca da superexploração do trabalho expressa, dentre outras maneiras, pela constituição da superpopulação relativa e de condições ínfimas para manutenção das condições de sobrevivência da classe trabalhadora. Encontra-se na raiz da produção/reprodução da questão social a relação dual estabelecida no contexto da formação capitalista mundial entre a acumulação da miséria relativa latino-americana e a acumulação primitiva do capital nos países europeus.

Nesse cenário, o Estado não garante condições mínimas para manutenção da reprodução social dos trabalhadores, o capital não remunera os trabalhadores de forma a garantir sua subsistência e a classe trabalhadora vivencia inúmeros limites para sua organização política e capacidade de tensionamento em prol de suas reivindicações. No Brasil a acumulação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora e apropriada de forma privada pela burguesia é levada a máxima potência, produzindo índices de desigualdade e pobreza elevados.

Esse quadro se apresenta como resultado dos percursos históricos, enraizados pelas determinações advindas no colonialismo e subdesenvolvimento que perduram coexistindo e moldando as relações sociais e produtivas até os dias atuais.

Com o objetivo de melhor explicitar essa processualidade, foi elaborado um quadro mapeando as lutas sociais no Brasil, organizado a partir de três recortes temporais - Escravismo pleno; Escravismo tardio e Capitalismo dependente - que apresenta elementos da relação capital e trabalho no Brasil, as principais formas de intervenção do Estado frente às lutas sociais e as referências teóricas que subsidiaram as análises. O quadro é objeto de trabalho da bolsista e está em construção.

Dessa forma, serão apresentados neste item os resultados parciais referente ao período do Escravismo pleno, incluindo as lutas dos povos indígenas que vem resistindo ao longo dos últimos 520 anos as constantes tentativas de genocídio e expropriação de suas terras e riquezas naturais. Para tanto, faz-se necessário precisar conceitualmente a que se trata o período do Escravismo pleno, tendo

como principais referências os autores Clóvis Moura e Jacob Gorender.

Ao tomar como marco as relações sociais de produção no Brasil, utilizamos Jacob Gorender (2016) no sentido de compreender sobre o modo de produção em que essas relações se reproduziam no Brasil, o *escravismo colonial*. Essa categoria, desenvolvida por Gorender busca compreender o escravismo colonial como um modo de produção novo. Foi a partir da leitura de Karl Marx sobre os modos de produção que o autor observa que no Brasil não houve o etapismo clássico dos modos de produção, (ou seja, não se implementou o feudalismo, nem se deu continuidade ao modo de produção dos povos originários e também não houve uma síntese) mas sim uma formação particular que é categorizada como colonial-escravista. De acordo com Gorender:

Impõe-se, por conseguinte, a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção preexistentes, no caso do Brasil. Seu surgimento não encontra explicação nas direções unilaterais do evolucionismo nem do difusionismo. Não que o escravismo colonial fosse invenção arbitrária fora de qualquer condicionamento histórico. Bem ao contrário, o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro de determinismo socioeconômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço. (GORENDER, 2016, p 84)

Nesse sentido, o modo de produção escravista colonial se estabeleceu no Brasil como um modo de produção singular, consolidando uma posição para o Brasil, de subdesenvolvimento, em relação ao movimento do desenvolvimento geral do capital. Além disso, marcou todas as relações sociais da sociedade brasileira, visto que o eixo da dinâmica social estava alicerçado no escravismo e colonialismo, conforme explicitado nos parágrafos anteriores.

Assim, recorremos a Clóvis Moura em seu livro *Dialética Radical do Brasil Negro* (2014), o qual classifica a história da escravidão brasileira em duas fases: Escravismo Pleno (1550-1850) e Escravismo Tardio (1851-1888). Esta periodização foi feita no sentido de mostrar esses 400 anos de escravidão abrangendo suas inúmeras particularidades, modificações e contradições e, como base do capitalismo dependente (MOURA, 2014).

O primeiro período (*escravismo pleno*) é o da consolidação do sistema escravista, portanto, as relações de produção escravistas dominavam as relações sociais, econômicas e políticas. Sendo, o reflexo disso o comportamento radical do escravo na luta ativa contra a escravidão - por meio dos movimentos coletivos, dos quilombos, das fugas individuais ou grupos, descaso pelo trabalho, suicídio, etc - e contra os senhores. Além dos mecanismos repressivos de defesa adotados pela colônia para proteger os interesses da Coroa e a segurança dos senhores de escravos. (MOURA, 2014, p 42).

Assim, como o fundamental para se caracterizar um modo de produção são as relações de produção, não podemos deixar de reconhecer que este fato determina todos os outros. O trabalho escravo, internamente distribuído e dinamizado através de níveis diferenciados de extração do sobretrabalho e da exploração econômica e extra econômica do escravo, foi o fator que proporcionou a dinâmica que se processou nos outros níveis de interação e ensejou a possibilidade de o sistema colonial desenvolver-se (MOURA, 2014, p 74).

Nesse sentido, o escravismo pleno era marcado tanto pelo desenvolvimento desenfreado da escravidão no Brasil, quanto pelas lutas entre senhores e escravos, revoltas e resistência organizada

pelos escravos e povos originários: organização dos quilombos (principalmente Palmares), fugas individuais, fugas coletivas, delinquência com os senhores de escravos, guerras com os colonos, etc. O Estado, no entanto, respondia essas rebeliões com muita repressão no sentido de manter a ordem social: castigos extremamente severos, vigilância, mortes, etc. (MOURA, 2014).

É fundamental pontuar sobre a contradição que a acumulação primitiva exprime nesse contexto, no sentido que enquanto na Europa os trabalhadores livres lutavam por melhores condições de vida e trabalho - diminuição da jornada, aumento de salário, etc - no Brasil, durante o escravismo colonial os trabalhadores escravos necessitavam se inserir de forma radical na luta de classes para afirmarem sua condição de ser humano e não de coisa (MOURA, 1996).

Num esforço de síntese, apresenta-se a seguir o *Quadro 1 - Luta de classes no Brasil durante o período do Escravismo pleno* em que são registrados os principais conflitos/revoltas/rebeliões que ocorrem no período do escravismo pleno, seguido das principais reivindicações/demandas que pleiteavam e as respostas engendradas pelo Estado. Estão incluídas as diferentes formas de resistência dos indígenas e negros que, guardando suas particularidades, significavam a elevação dos oprimidos e escravizados em relação aos colonizadores. De antemão explicita-se o caráter repressivo e violento como o Estado respondia as lutas dos povos negros e originários. Além disso, desmistifica a premissa que indica a passividade do povo escravizado, ancorado pelas teorias eugenistas e depreciativas da capacidade de resistência daqueles que foram e são subjulgados historicamente pelas elites dominantes.

Dentre elas serão destacados aqui: Guerra dos Tamoios (1562-1567); Quilombo dos Palmares (auge em 1670); Confederação dos Cariris (1682 - 1713) Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba; Quilombo os Kalungas de Goiás (séc XVIII); Cabanagem (1835 - 1840 Pará); Balaiada (1838-1841) Maranhão; Revolta dos Malês (1835); Revolta Farroupilha (1835-1845). A principal marca desse período é a luta dos escravos de forma radical e ativa contra a escravidão e sua condição de escravo. As principais formas de luta se davam por meio de movimentos coletivos (quilombos), fugas individuais, em grupos, descaso pelo trabalho, suicídio, etc. Como contraponto, o Estado respondia com repressão constante; vigilância; castigos corporais, legislação terrorista (açoites a pena de morte) e outras ações de caráter violento (MOURA, 2014).

Quadro 1 - Luta de classes no Brasil durante o período do Escravismo pleno

Escravidão plena (1550 a 1850):		
Lutas/Revoltas/Revoluções	Formas de intervenção do Estado	Referências teóricas gerais:
1562-1567: Guerra dos Tamoios (Tupinambá), em São Paulo e no Rio de Janeiro, contra os invasores portugueses	Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1555-1573: Guerra dos Aimoré, na Bahia e no Espírito Santo; os indígenas saíram vitoriosos provisoriamente	Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.

<p>1617-1790: Ocupação da Amazônia pelos portugueses;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revolta sangrenta dos Tupinambá no Pará e no Maranhão. Os Tapajós resistiram numa guerra que reuniu até 60 mil guerreiros; • Entre os Mundurucus, as mulheres participavam dos ataques, o que originou a lenda das Amazonas; 	<p>Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos</p>	<p>GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i>. São paulo: Editora Sundermann, 2020.</p>
<p>1670: Quilombo dos Palmares (Alagoas):</p> <p>Foi o maior quilombo conhecido e o mais duradouro. Sendo o maior exemplo de rebeldia dos escravos no Brasil (MOURA, 2020)</p>	<p>Inúmeras tentativas de destruição por parte da ação violenta do Estado. Massacrados os habitantes de Palmares. Além do apagamento e criminalização da história de Palmares e a significância desse movimento para a história do Brasil.</p>	<p>MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i>. - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.</p> <p>GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i>. Tradução: Sergio Faraco. -Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.</p>
<p>1676-1692: Rebelião de Mandu Ladino, estendeu-se pelo sertão do Maranhão, Piauí e Ceará;</p>	<p>Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos</p>	<p>GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i>. São paulo: Editora Sundermann, 2020.</p>
<p>1682 - 1713: Confederação dos Cariris; Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba:</p> <p>Foi um movimento de resistência indígena brasileiro contra a coroa portuguesa e ao avanço dos sesmeiros que se apossaram dos territórios indígenas. Esse movimento gerou diversos conflitos diretos entre os povos indígenas e bandeirantes pagos para acabar com as revoltas.</p>	<p>Assim, após anos de conflitos entre os bandeirantes convocados pelo império e os povos indígenas, em 1713 a missão de intervir e acabar com o movimento aconteceu por meio de um extermínio de todos os povos do vale do Jaguaribe até o Cariri.</p>	<p>MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i>. - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.</p> <p>GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i>. Tradução: Sergio Faraco. -Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.</p> <p>DONATO, Hernâni. <i>Dicionário das Batalhas Brasileiras - Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais</i>. São Paulo: IBRASA, 1987.</p>
<p>1692: Guerras Bárbaras, índios Janduís, no Rio Grande do Norte, rebelaram-se contra os portugueses</p>	<p>Intervenção armada dos colonizadores com o sentido de aniquilar os revoltosos</p>	<p>GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i>. São paulo: Editora Sundermann, 2020.</p>
<p>Quilombo os Calungas de Goiás (século XVIII):</p> <p>Nasceu no século XVIII com a economia mineradora. A principal hipótese sobre sua origem é a de serem descendentes de escravos fugidos de Espírito Santo, Bahia, Goiás e de ali</p>	<p>Os Calungas são uma brecha camponesa que sobreviveu à escravidão. Apesar das inúmeras tentativas de dizimação por parte do governador da capitania, o Quilombo Kalunga resistiu e existe até os dias atuais. Sendo considerado o maior em extensão territorial no Brasil.</p>	<p>MOURA, Clóvis. <i>Dialética radical do Brasil negro</i>. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.</p> <p>MOURA, Clóvis (Org). <i>Os quilombos na dinâmica social do Brasil</i>. Maceió. Editora da Universidade Federal de Alagoas. 2001.</p> <p>GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da</i></p>

permanecerem isolados, conservando características culturais próprias. (MOURA, 2014, p 61).		<i>América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.
1700-1789: Guerra dos Mura, no Pará e no Amazonas. Os Mura eram nômades; utilizando a guerrilha, conseguiram evitar por mais de 100 anos a derrota	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1723-1728: Guerra dos Manaus, na Amazônia, contra os portugueses	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1725-1791: Resistência dos temidos Guaicuru, do Rio Paraguai, única nação que usava cavalos na guerra, com grande habilidade	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1751-1757: Guerra dos Guarani, na região das Missões, no Rio Grande do Sul.	Intervenção armada do Império com o sentido de aniquilar os revoltosos	GODEIRO, Nazareno (Org). <i>Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro</i> . São paulo: Editora Sundermann, 2020.
1809-1849: Revolta dos escravos; Bahia. Escravos mulçumanos que estavam em revolução latente até que em 1809 receberam apoio dos escravos nagôs.	Reprimidos com severidade já nos primeiros anos de revoltas, foram exterminados. Contudo, o movimento baiano impulsionou diversas outras revoltas pela Bahia.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. DONATO, Hernâni. <i>Dicionário das Batalhas Brasileiras - Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais</i> . São Paulo: IBRASA, 1987.
1835-1840: Cabanagem; Pará. Revolta de caráter popular ocorrida na província de Grão-Pará, feita para reivindicar melhores condições de vida e trabalho por parte dos chamados “cabanos”	Repressão por meio de bombardeios; violência por meio militar; massacre aos cabanos.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.
1838-1841: Balaiada; Maranhão. Movimento majoritariamente popular, o qual lutava contra os grandes fazendeiros da região e contra a miséria vivida pelos escravos e camponeses que ali habitavam. Sob o contexto de crise do algodão na região, se eclodiu uma revolta que gerou instabilidade da classe	Foi convocado o Duque de Caxias para combater as rebeliões; repressão; milhares de mortes; total desarticulação da revolta; reescravização dos escravos lutadores.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.

dominante local.		
1835: Revolta dos Malês; Bahia: Ocorreu em Salvador, organizada principalmente pelos escravos de origem muçulmana. Representou uma breve revolta que buscava a liberdade religiosa para os escravos de origem islâmica (muçulmanos), para que pudessem defender o patrimônio religioso e realizar suas práticas (cultos, costumes, crenças, etc) bem como libertar os escravos de origem muçulmana	Repressão armada e massacre dos malês. “Severa repressão, com cinco fuzilamentos e dezenas de condenações ao açoite”,	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016. DONATO, Hernâni. <i>Dicionário das Batalhas Brasileiras - Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais</i> . São Paulo: IBRASA, 1987.
1835-1845: Revolta Farroupilha; Rio Grande do Sul. Organizada pelos proprietários de terra do Rio Grande do Sul, os quais estavam insatisfeitos com o grande imposto cobrado pelo império e as altas taxas sobre o preço do charque	Os farroupilhas foram derrotados pelo Império brasileiro. Vale ressaltar que os lanceiros negros (tropa do exército farroupilha formada por escravos) foram traídos pelos Farroupilhas e mortos pelo Império.	MOURA, Clóvis. <i>Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/ Clóvis Moura</i> . - 6. ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020. GALEANO, Eduardo. <i>As veias abertas da América Latina</i> . Tradução: Sergio Faraco. –Porto Alegre, RS: L&PM. 2016.

Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução das contradições inerentes a formação sócio-histórica brasileira impacta nas expressões atuais das relações sociais no Brasil, marcadas por um país que tem sua história fundada sob mais de 300 anos em um modo de produção escravista-colonial (GORENDER, 2016), sucedido pelo capitalismo dependente, conservando as estruturas escravistas por meio de uma modernização conservadora (FERNANDES, 2009).

Compreender a questão social no bojo da acumulação capitalista revela as contradições advindas da condição de dependência e subdesenvolvimento que caracterizam o Brasil. A relação desigual estruturada e reproduzida entre os países do centro e da periferia capitalista inscrevem na estrutura brasileira efeitos que moldam a condição econômica, política, cultural e social.

De modo dialético, as relações sociais estabelecidas internamente no país vão reproduzir, em certa medida, a mesma estrutura desigual e subordinada. Agrava esse quadro o compromisso histórico assumido pelo Estado burguês com os interesses externos em detrimento das lutas e reivindicações do povo brasileiro. Esse quadro conforma as particularidades da questão social brasileira e ensejam a análise sobre seu movimento e concretude na realidade social.

Nesse contexto, pode-se apreender que a questão social no Brasil é historicamente marcada pelo sangue e suor do povo negro e dos povos originários, expressando-se atualmente pelo genocídio

e encarceramento da população negra, na suposta guerra às drogas, nas altas taxas de desemprego, na violência cotidiana das relações sociais no Brasil, etc. Em contraponto, o Estado marca sua ação pelo compromisso com as elites burguesas, a coerção e violência como principal mecanismo de resposta.

A elaboração do quadro expressando a luta de classes no período do escravismo pleno ilustra a assertiva enunciada acima, bem como contribui para desmistificar a ideologia que advoga o mito da democracia racial e a passividade do povo brasileiro. Os negros e indígenas vem sendo, historicamente, alijadas dos seus direitos mais básicos, incluindo o reconhecimento como pessoa, contudo, também vem, historicamente, lutando contra a estrutura opressora que os quer mortos.

Com isso, torna-se possível apreender que as respostas do Estado brasileiro frente à questão social no período pesquisado se forjam em um cenário contraditório, permeado por conflitos no âmbito da defesa da vida, terra e liberdade e, de outro lado, a expropriação das riquezas e terras e escravização dos povos indígenas e do povo negro. Por fim, importa sinalizar que o Estado, nesse contexto, ainda encontrava-se vinculado a condição de Colônia de Portugal, o qual se desdobra em outras reflexões que terão continuidade na pesquisa realizada.

REFERÊNCIAS

- BAEZ, Fernando. *A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras: Dos conflitos com indígenas as guerrilhas políticas urbanas e rurais*. São Paulo: IBRASA, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4.ed. São Paulo: Global, 2009.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- GODEIRO, Nazareno (Org). *Revoluções e Revoltas do Povo Brasileiro*. São Paulo: Editora Sundermann, 2020.
- GORENDER, Jacob. *Escravidão Colonial*. 6 ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência: uma ontologia da obra de Ruy Marini*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLASCSO, 2000.
- MARX, Karl. *O capital: crítica a contribuição da economia política*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas/* Clóvis Moura. 6. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

_____. (Org). *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió. EDUFAL. 2001.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETTO, José. Cinco notas a propósito da “questão social” In: *Revista Temporalis*. Brasília, ABEPSS, n. 3, jan./jul. 2001.

OSORIO, Jaime. O Estado no capitalismo dependente. In: OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAIVA, Beatriz, CARRARO, Dilceane, ROCHA, Mirella. Políticas Sociais na América Latina: a superexploração do trabalho e suas contradições. In: MATTEI, Lauro (org). *A América Latina no limiar do século XXI: temas em debate*. Florianópolis: Insular, 2011.

RAMPINELLI, Waldir José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos (Resenha de: BAEZ, Fernando. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização). *Rebela*, v.4, n.3. set./dez. 2014.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael Vivar Marquese. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras 2012.